

CPRT

COMISSÃO DE POLÍTICA
DE RELAÇÕES TRABALHISTAS



RADAR TRABALHISTA

Informativo da Comissão de Política de Relações Trabalhistas - CPRT/CBIC

Ano 6 – Número 0356 – 20/05 à 24/05/2024

SUMÁRIO

- *Destaque da Semana*
- *Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)*
- *Notícias do Executivo*
- *Notícias do Ministério Público do Trabalho*
- *Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho*
- *e-Social*
- *Outras Notícias*
- *Atos Normativos*
- *Dados estatísticos de Fiscalização*

Destaque da Semana

[STF e TST aprimoram acordo para reduzir processos e fortalecer precedentes na área trabalhista](#)

Supremo Tribunal Federal - 22/05/2024

O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Luís Roberto Barroso, e do Tribunal Superior do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, assinaram nesta quarta-feira (22) um termo aditivo ao Acordo de Cooperação Técnica 3/2023, que visa reduzir o número de ações judiciais e privilegiar o julgamento de temas repetitivos.

O acordo também tem por objetivo a identificação rápida e eficiente de questões jurídicas para julgamento de precedentes qualificados. Além disso, busca automatizar rotinas de acesso a dados processuais. As novas cláusulas fortalecem a colaboração entre as duas instituições na promoção de boas práticas e na otimização de processos.

Na cerimônia de assinatura, o ministro Barroso afirmou que a Justiça do Trabalho tem um papel importante num país com estratificação social e marcado pela desigualdade e pela assimetria entre empregadores e empregados. Destacou, ainda, os princípios que orientam sua atuação em questões trabalhistas: respeito aos direitos fundamentais, preocupação com a empregabilidade e a formalização do emprego, segurança jurídica e atratividade de investimentos. Barroso também afirmou que é preciso encontrar caminhos para reduzir a litigiosidade em relação à terceirização e à responsabilidade subsidiária no setor público.

Notícias do Judiciário (Tribunais Superiores)

[Supremo inicia julgamento sobre representatividade sindical de micro e pequenas empresas](#)

Supremo Tribunal Federal - 23/05/2024

O Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF) iniciou nesta quinta-feira (23) o julgamento do Recurso Extraordinário (RE) 646104, que trata da representatividade sindical de micro e pequenas empresas industriais. A sessão contou com as manifestações dos advogados, e a discussão será retomada em sessão futura.

[Livro sobre Convenção Americana de Direitos Humanos é lançado no STF](#)

Supremo Tribunal Federal - 20/05/2024

A sala de sessões da Primeira Turma do STF foi palco na noite desta segunda-feira (20) do lançamento do livro “Convenção Americana de Direitos Humanos Comentada”. O livro, publicado pela Editora Forense, reúne comentários sobre os artigos da Convenção escritos por juízes da Corte IDH, ministros dos tribunais superiores brasileiros, membros do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), magistrados, promotores, defensores públicos, procuradores, advogados e juristas dedicados ao estudo dos Direitos Humanos.

[Modernização, aprendizagem e sustentabilidade marcam desafios e oportunidades para trabalho decente na indústria](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 25/05/2024

O setor industrial emprega hoje, no Brasil, 10,3 milhões de pessoas, representando 21,2% de participação nos empregos formais. Os números da Confederação Nacional da Indústria (CNI) revelam a importância do setor para a economia brasileira e seu papel central na geração de postos de trabalho.

[TST sedia audiência da Corte IDH com pauta sobre emergência climática e direitos humanos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 24/05/2024

O Tribunal Superior do Trabalho foi sede, nesta sexta-feira (24), de audiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) num caso que trata da emergência climática e os direitos humanos. A audiência faz parte do 167º Período Ordinário de Sessões da Corte, que está sendo realizado no Brasil.

[Igualdade de oportunidades entre homens e mulheres ainda encontra barreiras nos países de língua portuguesa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 22/05/2024

“Temos muito a fazer para criar famílias fortes e saudáveis”. A preocupação poderia ser de qualquer chefe de Estado ou mesmo de um pai de família, mas foi proferida por uma mulher justamente em uma palestra sobre equidade de gênero, raça e diversidade.

[TST anula cláusula de acordo que tirava adicionais de horas extras e noturno de pescadores](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/05/2024

A Seção Especializada em Dissídios Coletivos (SDC) do Tribunal Superior do Trabalho invalidou uma cláusula de acordo coletivo que desobrigava empresas de pesca de pagar o adicional de horas extras, o adicional noturno e as horas reduzidas aos pescadores de Rio Grande (RS). Para o colegiado, as parcelas estão entre as garantias individuais previstas na Constituição Federal e não podem ser suprimidas nem negociadas.

[Exposição no TST mostra constitucionalização dos direitos trabalhistas](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/05/2024

O Tribunal Superior do Trabalho inaugurou nesta terça-feira (21) a exposição “Constitucionalização dos Direitos Trabalhistas - 200 anos de Constituinte”, como parte das comemorações da Semana da Memória. A mostra estará aberta ao público das 9h

às 17h, até 21 de junho.

[Assistente de campo receberá por supressão de pausas para recuperação do calor](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 21/05/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho condenou a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) a pagar a um assistente de campo de Parnaíba (PI), como horas extras, o tempo correspondente aos intervalos para recuperação térmica que não eram concedidos. Segundo o colegiado, quem trabalha exposto ao calor acima dos limites de tolerância tem direito não apenas ao adicional de insalubridade, mas às pausas durante a jornada.

[Siderúrgica é condenada por demitir todos os empregados sem pagar verbas rescisórias](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/05/2024

A Terceira Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso da Siderúrgica Barão de Mauá, de Sete Lagoas (MG), contra condenação pela dispensa de todos os seus empregados sem pagamento de verbas rescisórias. De acordo com o colegiado, a conduta ultrapassa a esfera individual dos trabalhadores, atingindo a sociedade.

[Propagandista dispensado por apresentar exame falso de covid não consegue reverter justa causa](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/05/2024

A Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho rejeitou o recurso de um propagandista vendedor da farmacêutica EMS S.A. contra sua dispensa por justa causa por apresentar teste falso de covid-19. O colegiado destacou que a gravidade da conduta e a quebra de confiança impedem a manutenção do contrato de trabalho.

[“Vozes da CLT”: videocast explica por que a conciliação é tão relevante na solução de conflitos](#)

Tribunal Superior do Trabalho - 20/05/2024

Está no ar, a partir desta segunda-feira (20), mais uma edição do videocast [“Vozes da CLT: 80 anos de história”](#), do Tribunal Superior do Trabalho, que aborda a conciliação

no processo do trabalho. O episódio detalha aspectos históricos da mediação e da conciliação na Justiça do Trabalho e mostra como a ferramenta se tornou eficaz na resolução de conflitos ao longo do tempo.

Notícias do Executivo

[Delegação brasileira debate temas que estarão na Conferência Internacional do Trabalho](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 24/05/2024

Servidores do Ministério Trabalho e Emprego (MTE) apresentaram, no dia 23 de maio, à delegação brasileira os conteúdos que serão levados ao debate da 112ª Conferência Internacional do Trabalho (CIT), que acontecerá de 3 a 14 de junho, em Genebra, Suíça. A reunião preparatória para o evento aconteceu no auditório do MTE, em Brasília. A conferência é promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) e terá como temas nas comissões “O Trabalho Decente e a Economia do Cuidado” e “Os Princípios e Direitos Fundamentais no Trabalho”. Pela primeira vez terá um Comitê que discutirá sobre “Riscos Biológicos”, para a elaboração de uma convenção ou recomendação sobre assunto. Essa demanda surgiu após a pandemia de 2020.

[Ministro Luiz Marinho participa de reunião da Coalizão Global para a Justiça Social](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/05/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou na manhã desta quarta-feira (22) da reunião híbrida (virtual e presencial) do grupo de coordenação da Coalizão Global para a Justiça Social, promovida pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). O encontro foi aberto pelo diretor-geral da OIT, Gilbert Houngbo, e precede a realização da Coalizão Global pela Justiça Social que acontece na próxima Conferência Internacional do Trabalho (CIT) de 3 a 14 de junho, em Genebra na Suíça.

[Ministério do Trabalho e Emprego debate com empresas e trabalhadores no Rio Grande do Sul](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 23/05/2024

A Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio Grande do Sul (SRTE/RS) realizou, no último dia 21, virtualmente, uma reunião com o objetivo de discutir medidas para apoiar empresas e preservar empregos. A pauta incluiu a suspensão temporária de contratos de trabalho (lay-off), afastamento para qualificação, prorrogação de convenções coletivas, antecipação de férias, utilização de feriados, banco de horas, abono de faltas e a aplicação ou não da Lei 14437. O encontro contou com a participação de federações empresariais, centrais sindicais e entidades governamentais, convocadas sob orientação do ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho.

[Grupo de Trabalho discute execução dos serviços do Sine por entidades da sociedade civil](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 23/05/2024

Com o objetivo de ampliar a presença do Sistema Nacional de Emprego (Sine) nos municípios, por meio da sociedade civil, foi instalado, no dia 22 de maio, um Grupo de Trabalho (GT), que terá o prazo de 60 dias para apresentar uma proposta ao Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador (Codefat). A reunião aconteceu na sede do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em Brasília, e foi presidida pelo secretário de Qualificação, Emprego e Renda, Magno Lavigne.

[MTE homologa o novo Regimento Interno da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil \(CONAETI\)](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/05/2024

Nesta terça-feira (21), foi homologado e publicado o novo Regimento Interno da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (CONAETI). O documento traz inovações importantes e inéditas para a Comissão, como a possibilidade de produção de resoluções, recomendações e notas públicas sobre a temática da erradicação do trabalho infantil.

[Luiz Marinho convida ao diálogo parlamentares, empresários e trabalhadores durante ato das centrais sindicais](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/05/2024

O Ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, participou nesta quarta-feira (22) da abertura do ato das centrais sindicais - Defesa da Pauta da Classe Trabalhadora, em Brasília. Diante de representantes sindicais e trabalhadores, Luiz Marinho colocou o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) à disposição dos parlamentares, das entidades empresariais e dos sindicatos, enfatizando a importância do diálogo para a promoção do trabalho decente e a defesa dos direitos trabalhistas.

[Encontro entre Brasil e EUA discute estresse térmico, transição justa e discriminação no local de trabalho](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 22/05/2024

Brasil e Estados Unidos voltaram nesta terça-feira (21) a discutir políticas de combate à precarização do trabalho e promoção de empregos dignos, no âmbito do acordo Lula-Biden, iniciativa inédita chamada de “Parceria pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras” lançada em setembro de 2023 em Nova York (EUA). Os principais temas abordados no encontro híbrido (presencial e virtual) foram o estresse térmico, a transição justa e equitativa e a discriminação no local de trabalho.

[MTE simplifica registro sindical com novas ferramentas online](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 21/05/2024

A partir desta terça-feira (21) está disponível no link do Cadastro Nacional de Entidades Sindicais do Ministério do Trabalho e Emprego (CNES/MTE) na internet uma nova funcionalidade, que permite a Solicitação de Cadastro (SC) de pedido do registro de sindicatos, federações e confederações de forma virtual, por meio de computadores, tablets ou até mesmo aparelhos celulares, através de qualquer navegador de Internet.

[Sindicalistas relatam preocupação com empregos no Rio Grande do Sul](#)

Ministerio do Trabalho e Emprego - 20/05/2024

O ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, se reuniu, por videoconferência, com sindicalistas do Rio Grande do Sul na última quinta-feira (16). Os sindicalistas relataram as dificuldades que o estado enfrenta com a tragédia das enchentes e inundações. A estimativa é de que a população afetada seja de 2,4 milhões de gaú-

chos em 463 municípios afetados. Os sindicalistas relataram as preocupações com os empregos, já que as empresas enfrentam dificuldades para manter os trabalhadores. Eles informaram também que já tem muitas empresas dando férias coletivas e/ou demitindo.

[Brasil atinge marca histórica de 602.671 jovens aprendizes contratados em março de 2024](#)

Ministério do Trabalho e Emprego - 22/05/2024

O número de jovens aprendizes bateu mais um recorde histórico. Pela primeira vez o número de jovens contratados pela Lei 10.097/2000 chegou a 602.671, no país, em março deste ano. O dado é do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que é o responsável por acompanhar e estimular a contratação desses jovens.

[MPS e INSS editam portaria com medidas administrativas direcionadas a segurados do RS](#)

Ministério da Previdência Social - 22/05/2024

Publicada nesta quarta-feira (22), a [portaria conjunta MPS nº 15](#), traz uma série de medidas administrativas que vão facilitar o atendimento aos segurados da Previdência afetados pela catástrofe climática no Rio Grande do Sul. O normativo proíbe a suspensão ou cessação de pagamento de benefícios em razão da não apresentação dos seguintes documentos: comprovante de andamento do processo judicial de tutela/curatela, para prorrogação do recebimento por administrador provisório; atestado de cárcere; e atestado de vacinação e comprovante semestral de frequência escolar.

[V Seminário Mundo do Trabalho será realizado na Fundacentro](#)

Fundacentro - 24/05/2024

V Seminário Mundo do Trabalho acontece nos dias 27, 28 e 29 de maio na Fundacentro em São Paulo/SP. Realizado desde 2015 pela Pró-reitoria de Extensão e Cultura do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, o evento apresenta temáticas relacionadas à multiplicidade do mundo do trabalho, proporcionando reflexões sobre seus contextos e relações com a educação profissional.

[Seminário sobre perspectivas para a produção de conhecimentos e ação no campo da saúde mental no trabalho será realizado na Fundacentro](#)

Fundacentro - 20/05/2024

A Fundacentro abre [inscrições](#) para o “Seminário Perspectivas para a Produção de Conhecimentos e Ação no Campo da Saúde Mental no Trabalho”, a ser realizado no dia 04 de junho de 2024, das 8h30 às 12h, no auditório da instituição situado à rua Capote Valente, 710 – Pinheiros – São Paulo – SP. O credenciamento terá início às 8h30. A inscrição pode ser feita pelo [Google Forms](#). A emissão do certificado será realizada por meio da lista de presença. O seminário será transmitido pelo [canal do YouTube da Fundacentro](#). Para essa modalidade, não é preciso se inscrever. O certificado será emitido ao preencher o formulário de avaliação do evento, que estará disponível durante a transmissão.

Notícias do Ministério Público do Trabalho

[Destinações do MPT para auxílio ao Rio Grande do Sul somam R\\$ 25,5 milhões](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2024

O MPT em todo o Brasil destinou na última semana R\$ 3,5 milhões para o auxílio emergencial às vítimas das enchentes que assolam o Rio Grande do Sul desde os primeiros dias do mês. Desde o início da crise climática que assola o Rio Grande do Sul, o MPT já reverteu R\$ 25.587.524,43 em recursos oriundos de sua atuação para os esforços de reconstrução do Estado.

[Recomendação ao Estado de Rondônia adoção de medidas em prol da empregabilidade LGBTQIAPN+](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2024

O Ministério Público do Trabalho (MPT), o Ministério Público Federal (MPF), a Defensoria Pública da União (DPU), a Defensoria Pública Estadual (DPE), e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB)/ Comissão da Diversidade Sexual e Gênero LGBTQI+, emitem conjuntamente neste mês de maio uma recomendação endereçada ao Governo do Estado de Rondônia, a fim de que suas secretarias e demais órgãos adotem e cumpram medidas para a inclusão de pessoas trans (transgêneros, transexuais e travestis) no mercado formal de trabalho.

[MPT e relatoria da CIDH discutem desafios emergentes no mundo do trabalho](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2024

A Procuradoria-Geral do Trabalho (PGT) recebeu, na última quinta-feira (23), a Relato-

ria Especial sobre Direitos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais (Redesca) da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) para discutir parcerias institucionais, impactos das mudanças climáticas na saúde e segurança do trabalho e situação precária dos trabalhadores de plataformas digitais.

[Recomendação traz orientações de saúde e segurança para atividades de retomada e reconstrução pós-cheias](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2024

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) publicou nesta sexta-feira (24) uma [recomendação](#) com orientações para a adoção de medidas de saúde e segurança dos trabalhadores durante as atividades de retomada, limpeza e reconstrução realizadas no Estado em lugares em que as águas das enchentes recuaram a ponto de permitirem esse tipo de intervenção. O texto, assinado pelo Grupo de Trabalho especial criado pelo MPT-RS pra monitorar as repercussões trabalhistas da crise climática, reforça como essencial a prevenção de acidentes, doenças, contaminações e outros agravos à saúde dos trabalhadores, e dá enfoque especial em medidas para tornar os trabalhos menos passíveis de riscos ou danos.

[Seminário discute racismo ambiental na visão do Ministério Público](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2024

A Escola Superior do Ministério Público da União (ESMPU) promove, em 13 de junho, das 9h30 às 17h30, o seminário presencial “Racismo ambiental na visão do Ministério Público: justiça climática, direitos territoriais, segurança da água e direitos humanos”. A atividade acadêmica será realizada na sede da ESMPU, em Brasília. Não haverá custeio para a participação.

[Nova HQ aborda assédio eleitoral](#)

Ministério Público do Trabalho - 24/05/2024

O Ministério Público do Trabalho lançou uma nova edição da HQ MPT em Quadri-nhos para abordar o tema do assédio eleitoral. A [nova edição, nº 76](#), foi apresentada pela coordenadora nacional de Promoção da Igualdade de Oportunidades e Eliminação da Discriminação no Trabalho (Coordigualdade) do MPT, Danielle Olivares Cor-

rêa, e pela vice-coordenadora nacional da Coordigualdade, Fernanda Barreto Naves, ao procurador-geral do Trabalho, José de Lima Ramos Pereira na quarta-feira (22.5).

[MPPE e MPT reconhecem direito ao uso do banheiro de acordo com a identidade de gênero](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/05/2024

O Ministério Público de Pernambuco (MPPE) e o Ministério Público do Trabalho em Pernambuco (MPT-PE) lançaram nota técnica conjunta que reconhece o direito de a pessoa utilizar o banheiro de acordo com o gênero que ela se identifica. O documento traz diretrizes para a atuação de promotores de Justiça, no âmbito criminal e cível, e procuradores do Trabalho, no âmbito das relações de trabalho. O documento foi apresentado, na última sexta-feira, durante o Seminário Combate à LGBTfobia, realizado pelo MPPE e a Escola Superior do Ministério Público (ESMP).

[MPT defende na Câmara ratificação de convenção da OIT sobre igualdade de gênero](#)

Ministério Público do Trabalho - 22/05/2024

Em audiência pública realizada nesta quarta-feira (22), na Câmara dos Deputados, o Ministério Público do Trabalho (MPT) defendeu a ratificação da Convenção nº 156 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), sobre igualdade de oportunidades e de tratamento para trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares. O debate ocorreu na Comissão de Legislação Participativa da Casa e discutiu a economia do cuidado, que reúne atividades geralmente não remuneradas e exercidas por mulheres.

[Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho exige mudança cultural](#)

Ministério Público do Trabalho - 21/05/2024

A inclusão da pessoa com deficiência no mercado de trabalho é um dever de toda sociedade e, de acordo com a procuradora do Trabalho Danielle Olivares Corrêa, a primeira barreira a ser quebrada é atitudinal. Coordenadora nacional de Promoção de Igualdade de Oportunidades (Coordigualdade) do Ministério Público do Trabalho (MPT), ela participou de audiência pública, na terça-feira (21.5), que debateu a empregabilidade e o mercado de trabalho para as pessoas com deficiência e defendeu a realização de campanhas de sensibilização e educação focadas na promoção de

[Vice-PGT fala sobre o serviço de mediação prestado pelo MPT durante encontro na PRT20](#)

Ministério Público do Trabalho - 20/05/2024

Acolher e promover interlocução entre as partes, em busca de soluções de conflitos. Estes são alguns objetivos da mediação, promovida no Ministério Público do Trabalho (MPT) através do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição, o NUPIA. Para falar sobre as ações do Núcleo e apresentá-las à sociedade, a vice-procuradora-geral do Trabalho e coordenadora nacional do NUPIA, Maria Aparecida Gugel, veio a Sergipe na última sexta-feira (17). Ela estava acompanhada da assessora jurídica do Núcleo, Renata Porto Adri.

Notícias do Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho

[No Ceará, Auditores do Trabalho interditam atividades em altura na obra de construção civil da Ferrovia Transnordestina em Iguatu](#)

Sindicato Nacional dos Auditores Fiscais do Trabalho - 24/05/2024

Nesta sexta-feira, 24 de maio, Auditores Fiscais do Trabalho durante Ação de Proteção à Saúde e Segurança do Trabalhador interditaram as atividades de construção civil – que envolviam trabalho em altura - na obra da frente de trabalho do trecho MVP 4 e 5 (KM 150 a 250) da ferrovia Transnordestina no município de Iguatu (CE). De acordo com a equipe de Auditores Fiscais, na obra, verificou-se que o trabalho em altura envolvia risco de queda com diferença de nível e a proteção coletiva na periferia do bueiro (estaca - km 150 + 263) em construção estava ausente.

Outras Notícias

[TST valida norma coletiva sobre concessão de férias em período de folgas](#)

Consultor Jurídico - 26/05/2024

É válida norma coletiva que autoriza a concessão de férias em período coincidente com o de folgas decorrentes do sistema 1×1 (um dia de trabalho por um dia de descanso) no que diz respeito a empregados marítimos.

[Divergências entre STF e TST em relação à pejetização](#)

Consultor Jurídico - 25/05/2024

Há alguns meses, com alguma recorrência, estão sendo veiculadas notícias, decorrentes de acórdãos ou decisões de ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) que, em sua maioria, reformam decisões de ministros do Tribunal Superior do Trabalho (TST) ou dos desembargadores dos Tribunais Regionais do Trabalho (TRT) que reconhecem a relação de emprego dos trabalhadores contratados através de pessoas jurídicas — o que se acostumou denominar de “pejetização”.

[Súmula 259 não se aplica a acordos extrajudiciais, decide TST](#)

Consultor Jurídico - 25/05/2024

A Súmula 259 do Tribunal Superior do Trabalho não é aplicável em casos envolvendo acordos extrajudiciais, já que o termo de conciliação previsto no artigo 831 da CLT não se confunde com acordo extrajudicial homologado em juízo. Esse foi o entendimento da 4ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho para reconhecer que a Súmula 259 não pode ser aplicada a acordo extrajudicial.

[Revisão de decisões, acordos e TACs em face do Tema 935 do STF](#)

Consultor Jurídico - 24/05/2024

Com a decisão de 12 de setembro de 2023 do plenário do Supremo Tribunal Federal, que aprovou a tese para o Tema 935 de Repercussão Geral (é constitucional a instituição, por acordo ou convenção coletivos, de contribuições assistenciais a serem impostas a todos os empregados da categoria, ainda que não sindicalizados, desde que assegurado o direito de oposição), muitas entidades sindicais que sofreram inquéritos civis ou processos judiciais, firmando termos de ajustamento de conduta, acordos judiciais e até mesmo sendo condenadas passaram a se perguntar como fazer para a decisão valer em seus casos.

[TST valida acordo entre sindicato e MPT sobre limite legal de jornada](#)

Consultor Jurídico - 24/05/2024

São excepcionais as hipóteses em que é permitido que acordo ou convenção coletiva de trabalho possam reduzir garantias. Apenas lei específica ou a Constituição Federal pode autorizar a supressão do direito do trabalhador. Esse foi o entendimento da 2ª Turma do Tribunal Superior do Trabalho para negar provimento a agravo de instrumento impetrado por uma mineradora que questionava decisão que negou a anulação de um Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre sindicato da categoria profissional e o Ministério Público do Trabalho.

[Proteção legal do meio ambiente do trabalho nas Constituições estaduais](#)

Consultor Jurídico - 24/05/2024

Em continuidade ao artigo publicado nesta coluna no último dia 3 de maio, hoje vou trazer para os leitores aspectos da proteção legal do meio ambiente do trabalho e da saúde do trabalhador nas Constituições estaduais, cujas normas são, na hierarquia legal, de grande importância para a vida em sociedade, mas nem sempre são assim consideradas, sendo certo mesmo que poucos lêem essas normas legais.

[Convenções processuais prévias, empregados hipersuficientes e sindicatos](#)

Consultor Jurídico - 23/05/2024

O acesso à Justiça deve ser ampliado e não se limitar à jurisdição estatal. Todos os mecanismos que ensejam a solução de conflitos por outros meios que não se limitem à atuação do Poder Judiciário devem ser incentivados. É preciso avançar nesse sentido e, na seara trabalhista, além das comissões de conciliação prévia, arbitragem, homologação de acordo extrajudiciais, entre outros institutos utilizados para solução de conflitos, vislumbramos a possibilidade de negociação de direitos materiais por meio de convenções processuais prévias.

[Diferenças sobre a prescrição e a decadência no processo do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 23/05/2024

No universo jurídico, há um brocardo jurídico que diz “o direito não socorre aos que dormem”. Nesse sentido, qualquer pessoa poderá se socorrer do Poder Judiciário para buscar os seus direitos, desde que não estejam prescritos ou fulminados pela decadência. Mas o que seria a prescrição e a decadência? Existe efetiva diferença entre ambas no regramento jurídico brasileiro?

[Construtora que demitiu no segundo dia de trabalho terá que indenizar](#)

Consultor Jurídico - 22/05/2024

Dispensar um trabalhador injustificadamente no dia seguinte ao primeiro dia de trabalho fere a lealdade e a boa-fé objetiva que se espera das partes na formação da relação de emprego. Esse foi o entendimento da juíza Gabriela Macedo Outeiro, da 2ª Vara do Trabalho de Toledo (PR), para reconhecer o vínculo empregatício de um funcionário que trabalhou apenas por um dia em um contrato.

[Catástrofe climática: medidas alternativas e retorno ao direito emergencial do trabalho](#)

Consultor Jurídico - 21/05/2024

Com a catástrofe climática que atinge o Rio Grande do Sul, neste triste mês de maio de 2024, muito tem se falado da responsabilidade ambiental de todos os agentes políticos e sociais. A pauta da sustentabilidade, efetivamente, e da pior forma possível, chegou aos olhos de um país acostumado ao negacionismo climático. Por certo, a maioria das pessoas atingidas, direta ou indiretamente, por este evento político-ambiental, pertence à classe trabalhadora.

[Estado de calamidade no RS e aplicação de medidas trabalhistas alternativas](#)

Consultor Jurídico - 20/05/2024

Desde o final de abril o Rio Grande do Sul enfrenta uma grave crise provocada pelas enchentes que assolam a região. As inundações, decorrentes das fortes chuvas que ocorreram em curto espaço de tempo, abalaram boa parte da população sul-riograndense. Os mais conhecidos veículos de notícias compartilham diariamente cenas lamentáveis, incluindo casas e fábricas totalmente inundadas, além de inúmeras mortes e desaparecimentos de habitantes ribeirinhos.

[TRT-3 condena supermercado por falta de local de amamentação](#)

Migalhas - 25/05/2024

A Justiça do Trabalho mineira garantiu a uma mãe trabalhadora o direito à rescisão indireta do contrato de trabalho pelo fato de o empregador, um supermercado, não ter disponibilizado local adequado para amamentação da filha dela. A decisão do juiz do Trabalho Flávio Antônio Campos Vieira, titular da 36ª vara do Trabalho de Belo Horizonte/MG, foi confirmada pela 6ª turma do TRT da 3ª região.

[Banco indenizará homens trans em R\\$ 10 mil por não adequar nome social](#)

Migalhas - 23/05/2024

A 18ª câmara Cível do TJ/MG reformou sentença e condenou um banco a pagar R\$ 10 mil em danos morais a um homem trans por não atualizar seu nome social nos registros bancários conforme sua identidade de gênero. Em 2022, o homem realizou a mudança de seu nome feminino para refletir sua identidade de gênero, com a alteração sendo oficialmente reconhecida em documentos civis emitidos por repartições públicas. Contudo, quando solicitou a atualização de seus dados junto ao banco, teve o pedido recusado. Isso resultou em dificuldades para receber pagamentos, devido à discrepância nas informações bancárias.

[STF: Ministra Cármen mantém vínculo entre engenheiro PJ e empresa](#)

Migalhas - 21/05/2024

Migalhas - 21/05/2024

Ministra Cármen Lúcia, do STF, manteve decisão da Justiça do Trabalho que reconheceu vínculo empregatício entre empresas de um mesmo grupo econômico e um engenheiro. Segundo a ministra, no caso, além da habitualidade e onerosidade, o trabalho era prestado de forma personalíssima pelo trabalhador, com jornada de trabalho fixa, conforme descrito nos contratos do caso.

[TRT-2 anula justa causa de homem filmado jogando em celular da empresa](#)

Migalhas - 21/05/2024

O TRT da 2ª região anulou a demissão por justa causa de um funcionário filmado usando o celular da empresa para jogar. Para a 17ª turma, a empregadora agiu com rigor excessivo, além de não ter respeitado o princípio da gradação das penas. O ex-funcionário foi dispensado por justa causa após utilizar, durante o seu horário de trabalho, o celular de propriedade da empresa, cujo uso era unicamente para bater o ponto. Segundo a empresa, o homem foi filmado instalando e usando um aplicativo de jogo no aparelho. Além disso, alegou que o funcionário teria um histórico de má conduta no trabalho.

[Trabalhador receberá R\\$ 100 mil após acidente a 140 metros de altura](#)

Migalhas - 20/05/2024

Duas empresas foram condenadas a indenizar em R\$ 100 mil um funcionário que sofreu um acidente ao ficar pendurado a 140 metros de altura em uma estrutura metálica no topo de um prédio em construção. A decisão é da juíza substituta Cinara Raquel Roso, da 13ª vara do Trabalho de São Paulo/SP, que concluiu que o trabalhador jamais teria ficado pendurado se a plataforma não tivesse cedido devido à inadequação das talhas utilizadas.

[Mulher indenizará colega por mensagem pejorativa em grupo do WhatsApp](#)

Migalhas - 20/05/2024

A 2ª turma recursal dos JECs do Distrito Federal manteve sentença que condenou uma mulher por divulgar imagem e mensagem com tom jocoso e ofensivo em gru-

po profissional de aplicativo de mensagens. O colegiado entendeu que o conteúdo divulgado era desrespeitoso e ofensivo à honra e à imagem da autora e que, mesmo sendo divulgado em um ambiente restrito, é cabível indenização por danos morais.

[Mineiros zoam carioca no trabalho; xenofobia custará R\\$ 50 mil](#)

Migalhas - 20/05/2024

TRT da 3ª região aumentou de R\$ 15 mil para R\$ 50 mil indenização por danos morais devida a um ex-empregado da empresa Quinto Andar. Ele ajuizou ação contra a empresa alegando ter sofrido xenofobia no ambiente de trabalho por conta de sua origem carioca. O ex-funcionário contou que sofreu imitações pejorativas de seu sotaque, insinuações desrespeitosas sobre a população do Rio de Janeiro e ofensas associando os cariocas a estereótipos de criminosos e desonestos. Segundo ele, as atitudes foram perpetradas por vários colegas de trabalho e mesmo após reclamações aos supervisores e ao setor de compliance da empresa, nenhuma medida efetiva foi tomada para cessar o comportamento discriminatório.

[Canpat promove 7ª Semana Capacita SIT de 27 a 29 de maio](#)

Revista Proteção - 23/05/2024

Com foco na NR 12 – Sobre Segurança em Máquinas e Equipamentos, a Canpat 2024 (Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes de Trabalho) dá início à programação de encontros on-line para tratar do tema junto à sociedade e promoverá, de 27 a 29 de maio, a 7ª Semana CapacitaSIT. A transmissão ocorre pelo canal do Youtube, da Enit (Escola Nacional de Inspeção do Trabalho), ligada ao MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), [neste link](#). O evento é gratuito e aberto aos interessados no tema e haverá emissão de certificado. Confira a programação dos dias 27 e 28, que tem como proposta trabalhar a Introdução e Princípios Gerais da Norma Regulamentadora 12, ao final deste texto.

[Comissão da Câmara aprova PL para aumentar a participação de mulheres na construção](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 23/05/2024

A Comissão de Trabalho da Câmara dos Deputados aprovou projeto de lei para estimular a contratação de mulheres pelo setor da construção. A proposta, apresentada

pela deputada federal Rogéria Santos (Republicanos-BA), estabelece que as empresas que participam de licitações públicas devem reservar um quantitativo de 5% a 10% de seus cargos operacionais e gerenciais para o público feminino, assim como oferecer oportunidades de capacitação profissional.

[NR-18: medidas de segurança para Máquinas e Equipamentos](#)

Câmara Brasileira da Indústria da Construção - 22/05/2024

As Normas Regulamentadoras como a NR 18 existem para determinar as condições mínimas de trabalho para que as empresas na atividade de construção civil possam fornecer ambientes seguros aos funcionários. É por meio delas que as obrigações são definidas, bem como as estratégias de segurança. Assim devemos criar e colocar em prática uma série de estratégias a fim de atenuar estes riscos.

Atos Normativos

[PORTARIA MTE N° 763, DE 20 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 20/05/2024 Seção I Extra Pág. 01) - Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para os empregadores situados no município de Picada Café, no Estado do Rio Grande do Sul, alcançado por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

[RESOLUÇÃO SIT/MTE N° 2, DE 20 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 21/05/2024 Seção I Pág. 236) - Homologa o Regimento Interno da Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil – CONAETI;

[PORTARIA CONJUNTA MPS N° 15, DE 21 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 22/05/2024 Seção I Pág. 214) - Dispõe sobre os procedimentos a serem observados por sessenta dias, contados a partir do dia 24 de abril de 2024, no âmbito do Ministério da Previdência Social, do Instituto Nacional do Seguro Social e do Conselho de Recursos de Previdência Social, em razão do reconhecimento do Estado de Calamidade Pública e da Situação de Emergência no Rio Grande do Sul, e dá outras providências;

[PORTARIA MPS N° 1.394, DE 8 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 22/05/2024 Seção I Pág. 214) - Altera a Portaria MTP n° 389, de 23 de fevereiro de 2022, que cria o Comitê Gestor de Medidas de Amparo a Trabalhadores e Beneficiários do INSS nos Municípios em Situação de Calamidade Pública e estabelece medidas a serem adotadas para amparo aos trabalhadores e beneficiários do INSS atingidos, em casos de calamidade pública reconhecida por ato do Poder Executivo federal;

[PORTARIA MTE N° 783, DE 21 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 22/05/2024 Seção I Pág. 243) - Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS para os empregadores situados no município de Novo

Hamburgo, no Estado do Rio Grande do Sul, alcançado por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

[RESOLUÇÃO CCFGTS N° 1.088, DE 21 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 22/05/2024 Seção I Pág. 243) - Aprova medidas de suspensão do retorno de parcelas mensais das operações de crédito contratadas pelas instituições financeiras com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, nas áreas de habitação, saneamento, infraestrutura e saúde;

[PORTARIA CRPS/MPS N° 1.541, DE 21 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 23/05/2024 Seção I Pág. 82) - Autoriza a execução da ação extraordinária, no âmbito do Conselho de Recursos da Previdência Social, para análise e julgamento dos recursos administrativos de interessados residentes e domiciliados no estado do Rio Grande do Sul, em decorrência do reconhecimento do estado de calamidade pública pela Portaria n° 1.377, de 5 de maio de 2024, da Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, e Decreto n° 57.600, de 4 de maio de 2024, do Estado do Rio Grande do Sul, que reiterou o Decreto n° 57.596, de 1º de maio de 2024;

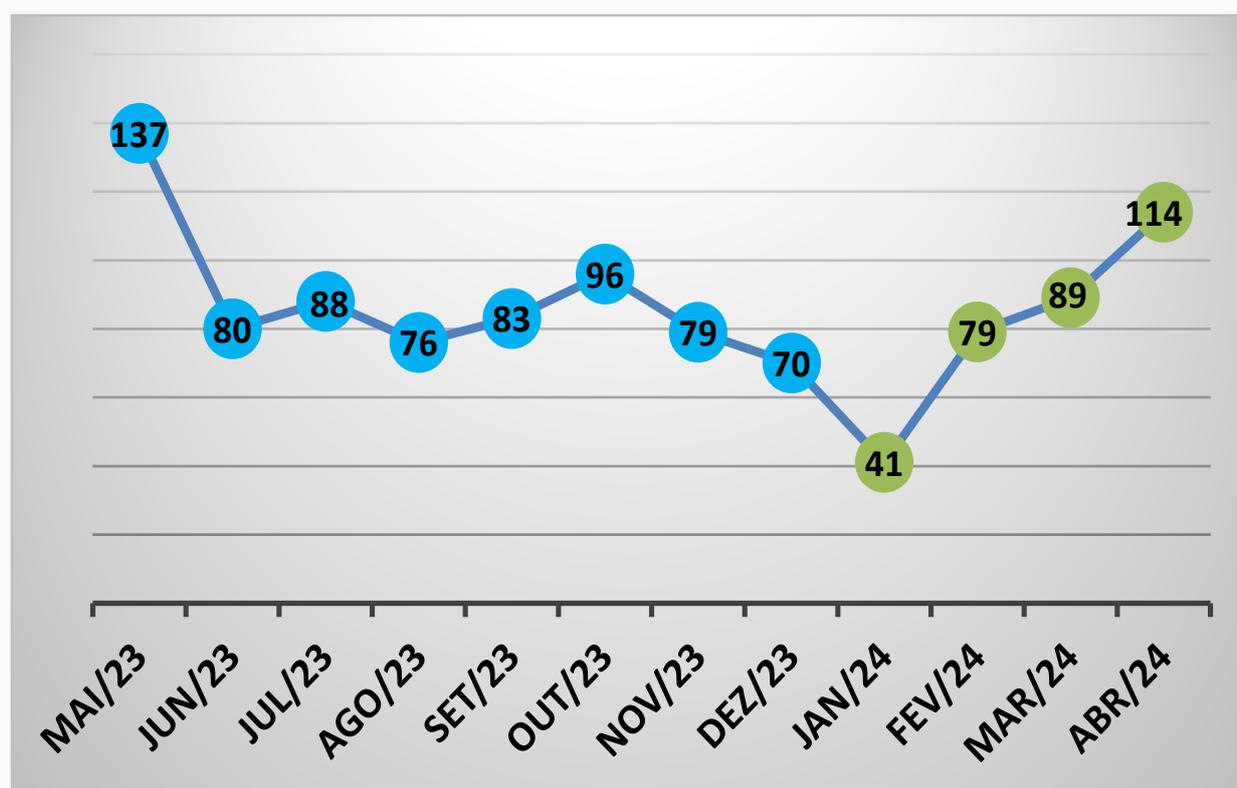
[PORTARIA MTE N° 797, DE 22 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 23/05/2024 Seção I Pág. 89) - Autoriza a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS para os empregadores situados nos municípios de Nova Santa Rita, Pareci Novo e Parobé, no Estado do Rio Grande do Sul, alcançados por estado de calamidade pública reconhecido pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional;

[CIRCULAR N° 1057, DE 22 DE MAIO DE 2024](#) (DOU de 24/05/2024 Seção I Pág. 38) - Dispõe sobre a prorrogação da suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS, referentes às competências de outubro de 2023 a janeiro de 2024 para os empregadores alcançados pela Portaria n° 3.553 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 23 de outubro de 2023, como também sobre a suspensão da exigibilidade dos recolhimentos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS referentes às competências de abril de 2024 a julho de 2024, autorizada pela publicação da Portaria n° 729 do Ministério do Trabalho e Emprego, de 15 de maio de 2024 e alterações posteriores, para os empregadores situados nos municípios do Estado do Rio Grande do Sul alcançados por estado de calamidade pública;

RADAR
 TRABALHISTA

Dados estatísticos de Fiscalização

Quantidade de Autos de Infração lavrados por descumprimento da Norma Regulamentadora n.º 12 (NR 12) durante a fiscalização do Ministério do Trabalho e Emprego na Indústria da Construção (CNAEs 41, 42 e 43) nos últimos doze meses:



Fonte: Radar SIT - Autuações

EXPEDIENTE

Câmara Brasileira da Indústria da Construção (CBIC)

Renato de Sousa Correia

Presidente

Comissão de Política de Relações Trabalhistas (CPRT/CBIC)

Ricardo Dias Michelin

Vice- Presidente da CPRT

Gabriela Serafim

Gestora de Projetos da CPRT

Queiroz Neto Advogados

Clovis Veloso de Queiroz Neto

Consultor CBIC e Responsável Técnico

Projeto Gráfico

Paulo Henrique Freitas de Paula